

UNIÃO - PODER JUDICIÁRIO
 TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 16ª REGIÃO
 RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
 DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL
 ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
 MAIO/2013 A ABRIL/2014

RGF - ANEXO I (LRF, art. 55, inciso I, alínea "a")

R\$ 1,00

DESPESA COM PESSOAL	DESPESAS EXECUTADAS (últimos 12 meses)		
	LIQUIDADAS	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS	TOTAL
	(a)	(b)	(c) = (a) + (b)
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)	134.138.112,70	9.049.688,71	143.187.801,41
Pessoal Ativo	118.553.174,76	8.381.835,43	126.935.010,19
Pessoal Inativo e Pensionistas	15.584.937,94	667.853,28	16.252.791,22
Outras despesas de pessoal decorrentes de contratos de terceirização (§ 1º do art. 18 da LRF)	0,00	0,00	0,00
DESPESAS NÃO COMPUTADAS (§ 1º do art. 19 da LRF) (II)	17.325.903,97	9.049.688,71	26.375.592,68
Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária	0,00	0,00	0,00
Decorrentes de Decisão Judicial	0,00	0,00	0,00
Despesas de Exercícios Anteriores	3.062.564,19	8.381.835,43	11.444.399,62
Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados	14.263.339,78	667.853,28	14.931.193,06
DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III) = (I - II)	116.812.208,73	0,00	116.812.208,73

APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL

RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (IV)			678.292.443.000,00
% da DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP sobre a RCL (V) = (III c / IV)*100		0,017222%	0,000000%
LIMITE MÁXIMO (incisos I, II e III, art. 20 da LRF) - < % >	0,026304%		178.418.044,21
LIMITE PRUDENCIAL (parágrafo único, art. 22 da LRF) - < % >	0,024989%		169.497.142,00
LIMITE DE ALERTA (inciso II do § 1º do art. 59 da LRF) - < % >	0,023674%		160.576.239,79

FONTE: SIAFI - TRT16/SOF, 22/mai/2014 às 15h30min

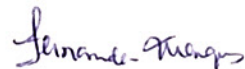
Nota 1) Durante o exercício, somente as despesas liquidadas são consideradas executadas. No encerramento do exercício, as despesas não liquidadas inscritas em restos a pagar não processados são também consideradas executadas. Dessa forma, para maior transparência, as despesas executadas estão segregadas em:

- a) Despesas liquidadas, consideradas aquelas em que houve a entrega do material ou serviço, nos termos do art. 63 da Lei 4.320/64;
- b) Despesas empenhadas mas não liquidadas, inscritas em Restos a Pagar não processados, consideradas liquidadas no encerramento do exercício, por força do art. 35, inciso II da Lei 4.320/64.


Nota 2) As despesas com auxílio natalidade e auxílio funeral, no valor de R\$ 13.060,11, foram excluídas, em atendimento ao disposto no Ofício-Circular Conjunto nº 16/SEAFI/SOF/MP-SUCON/STIN-MF, e no Acórdão nº 894/2012 - TCU - Plenário.


Nota 3) As despesas decorrentes de decisão judicial (Precatórios e Requisições de Pequeno Valor) totalizaram R\$ 11.703.805,99.


LUIZ COSMO DA SILVA JÚNIOR
Desembargador Presidente


FERNANDA CRISTINA MUNIZ MARQUES
Diretora Geral Substituta


DANIEL LEITE GUIMARÃES
Secretário de Orçamento e Finanças Substituto


CELSON DE JESUS MOREIRA COSTA
Coordenador de Controle Interno


JOÃO BATISTA SOBRINHO
Chefe do Setor de Contabilidade Analítica